



O PIBID E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DE UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO BRASIL

Debora Cristina Vieira de Simas
deborasimas.uff@gmail.com¹

Resumo

O objetivo deste artigo é tratar a política de formação de professores apresentada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a sua espacialização no Brasil. O PIBID visa à formação do professor, o apoio à escola pública na transformação do espaço escolar, o aprimoramento no ensino pelo viés da valorização docente e o reconhecimento do espaço da escola como de produção de conhecimento. No atual cenário de contradição e grande desigualdade social, o PIBID vem se colocando como resistência e reconhecimento da formação de professores. Sendo um programa com poucos anos de existência, vem sendo colocado pela CAPES como uma política pública de alto impacto na qualidade da formação de professores. É preciso, portanto, levantar algumas questões que ajudem a pensar nos limites e possibilidades do programa bem como as possibilidades de materialização de propostas e projetos pedagógicos na perspectiva da construção crítica do conhecimento, considerando as condições de formação dos professores e as possibilidades e limites teóricos e práticos proporcionados do programa. Nessa perspectiva, este artigo se orienta em apresentar a proposta do programa, sua abrangência no Brasil e sua distribuição nas esferas pública e privada entre os anos de 2014 a 2017.

Palavras-chave: PIBID, ensino de Geografia, políticas públicas educacionais.

Introdução

Ao longo da trajetória histórica das políticas públicas de formação de professores no Brasil, algumas evidências são claras: há a necessidade de uma política de formação e de valorização dos profissionais docentes, que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial e continuada e as condições de trabalho, salário e carreira. Além disso, a clareza da concepção da identidade de professor ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional. O que se pode perceber é que tais demandas não foram materializadas no seio da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade e pela exclusão própria do processo de produção capitalista do espaço de caráter neoliberal, que incluíram a precarização da educação brasileira e dos seus profissionais, principalmente nos espaços públicos. A queda do

¹Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ/Faculdade de Formação de professores FFP - Linha de pesquisa de ensino. Mestranda em Geografia. Professora da rede estadual do Rio de Janeiro e da rede municipal de São Gonçalo/RJ. Trabalho resultante da pesquisa de mestrado em andamento.



investimento público nas universidades e escolas públicas brasileiras, de políticas de formação inadequadas ou insuficientes, do crescimento avassalador de instituições privadas com critérios obscuros de criação e a deterioração das condições de trabalho dos educadores entre muitas outras questões vem impactando diretamente na qualidade da educação pública.

Neste cenário, em abril de 2007, o Ministério da lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007). Estes documentos propõem diversas ações e programas em continuidade às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2001). Acompanhando este processo de mudança, foi indicada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como agência responsável pelas ações referentes à formação de professores da educação básica através do Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplinou a atuação no fomento a programas para qualificação e valorização da docência na formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância.

Priorizando a articulação entre teoria e prática, conhecimentos científicos e didáticos, reconhecendo a escola como espaço de produção de conhecimento e formação docente, a valorização do profissional docente da Educação Básica, que pode, e deve proporcionar aos novos licenciandos experiências formativas, a portaria normativa nº 38 do dia 12 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), retomando a Lei 9.394/96 no que diz respeito a investimentos na formação dos professores da Educação Básica:

PORTARIA NORMATIVA Nº 38, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007

Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992, com a redação dada pela Lei no 11.502, de 11 de julho de 2007, na Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, no Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, resolve

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em curso presencial de licenciatura de graduação plena, para atuar na educação básica pública. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIAO, 12 de dezembro 2007, p. 39)



O PIBID nasce, portanto, como um programa de bolsa financiado pela CAPES para a melhoria da educação pública brasileira, intervindo desde a formação inicial na licenciatura, passando pela formação continuada do professor da escola pública e chegando a melhoria da qualidade da educação ao aluno, proporcionada pela conexão entre os diversos agentes que interagem no processo de construção da proposta pedagógica do programa.

A “Nova CAPES” se consolida pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplinou a atuação da CAPES no fomento a programas para qualificação e valorização da docência na formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância.

Segundo o “Estudo avaliativo do PIBID - FCC/CAPES/OEI”, disponível na página da CAPES²:

Para a Capes, a valorização do magistério decorre de uma política de Estado que atraia novos profissionais, mantenha na rede os já atuantes e assegure o reconhecimento da sociedade ao trabalho docente. Essa política envolve plano de carreira, salário digno, formação inicial e continuada articulada à progressão funcional, boas condições físicas e tecnológicas nas escolas, clima organizacional que motive professores e alunos para o ensino e a aprendizagem, jornada de trabalho integral e, ainda, gestão escolar comprometida com o sucesso escolar de todos. Sendo, portanto, a atribuição legal dessa instituição os aspectos relacionados à formação, é nesse segmento que são concentradas as ações. (GATTI, 2014, p. 4)

Iniciado em 2009 com 3.088 bolsistas e 43 instituições federais de ensino superior, em 2014 o PIBID cresceu e alcançou a marca de 90.254 bolsistas, distribuídos em 855 campi de 284 instituições formadoras públicas e privadas, sendo que em 29 delas havia também programas para as áreas da educação escolar indígena e do campo.

Visando a compreensão da importância e significado do PIBID, se faz necessário, dentre outras coisas, refletir sobre a realidade da escola e aspectos da formação dos professores que nela potencialmente irão atuar. É preciso, portanto, levantar algumas questões que ajudem a pensar nos limites e possibilidades do programa. Nesta perspectiva, o presente artigo se orienta em apresentar a proposta do programa e sua abrangência no território brasileiro.

A proposta do PIBID

O PIBID tem como objetivos principais: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; elevar a qualidade da formação inicial de professores; inserir

² <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/CAPESPIBID/relatorios-e-dados>



os licenciandos no cotidiano de escolas; mobilizar seus professores como protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes. Pode-se afirmar que a combinação de formação docente e valorização do magistério promovida pelo programa é incentivada com a disposição de bolsas tanto para os alunos de licenciatura, quanto para os professores, sejam eles da educação básica ou universitária.

Pensar a escola como espaço de formação e conhecimento científico requer a compreensão dialética de alguns pressupostos: a escola é um espaço contraditório de disputa e resistência em que coexistem múltiplas possibilidades de construção de conhecimento. A identidade docente se faz de suma importância para o entendimento das possibilidades de atuação. Além disso, é preciso entender o que se pretende da escola e que tipo de aluno se deseja construir pensando no projeto de sociedade (SAVIANI, 2003).

Embora haja questionamentos sobre as bases e características das propostas lançadas pelo governo para a criação do PIBID (FREITAS, 2007; SAVIANI, 2007), além da observação de que essas propostas se efetivam com maior intensidade no âmbito da formação do que da atuação e do trabalho docente (ARROYO, 2007), é inegável que o programa proporciona um salto quantitativo e qualitativo nas políticas públicas de formação docente, visto que proporciona o reconhecimento, a discussão e a participação de novas frentes de formação de professores que incluem a participação ativa dos mesmos e se dá dentro da própria escola.

Por meio do decreto nº 7.219 de junho de 2010 e a lei nº 12.796/2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB), o PIBID passou a apresentar novo status de política pública. Dentre as demais questões que a nova lei aborda, foram incluídos os seguintes parágrafos, no Art. 62 da LDB:

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na Educação Básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios **incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na Educação Básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.** (BRASIL, 2013a – grifo da autora)

A CAPES foi designada à execução, distribuição, seleção e organização do fomento de bolsas e os subprojetos são vinculados aos projetos institucionais das Universidades, que por



sua vez, pleiteiam integrar o programa por meio dos editais. Outra característica diferenciada do projeto é sua forma de organização. Embora sua concepção e organização parta das universidades, a mesma não apresenta níveis de hierarquização: todos os participantes possuem igual importância e tomam decisões dialógicas, levando em conta as demandas apresentadas pelos lugares onde o projeto se insere.

Relação dialógica e dialética produzida pela tríade escola, sociedade e universidade não se coloca na simplificação de avaliar e proporcionar aos alunos apenas os conhecimentos prévios, mas aquilo que ainda está no campo das ideias articulado aos conhecimentos prévios. É na articulação entre universidade e sociedade que se promove a formação inicial comprometida com a prática, porém embasada na teoria construída na universidade e na escola. É por sua vez da articulação escola e universidade que os professores da escola continuam sua formação em seu próprio espaço e trabalho. Com a articulação desses agentes e a intercessão dos processos formativos, que o PIBID se concretiza. Partindo dessa relação horizontalizada, pode-se pensar este programa pelo viés no capítulo 1 do livro intitulado “Lógica Formal Lógica Dialética”, em que Lefebvre trata o conhecimento como fato e que pode ser acelerado, aumentado e aperfeiçoado, mas que ele em si é um fato. E que suas características mais gerais enquanto fato são que o conhecimento é prático, social e histórico (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Nesta lógica, o conhecimento é prático (ação), antes de ser teórico (pensamento), visto que todo conhecimento começa pela experiência, pela prática e é através da prática que o indivíduo entra em contato com as realidades objetivas. A realidade objetiva age antes de ser ciência, nasce da prática social. O conhecimento é social e tem sua gênese nesta prática porque é no mundo social que os indivíduos agem uns sobre os outros, de modo dinâmico e complexo. É a partir de sua individualidade que o indivíduo se constrói dentro da dinâmica social. Em outras palavras, o indivíduo se constitui, como tal, a partir do outro. É também nas trocas sociais que o saber vai sendo transmitido. Seguindo por este mesmo viés, o conhecimento é histórico por que “todo conhecimento foi adquirido e conquistado” (LEFEBVRE, 1991, p. 50), a partir do qual o indivíduo deixa suas marcas na superfície e reproduz arranjos. Toda prática traz com ela um tipo de saber e este saber pode ser ciência ou não. O caminho da humanidade é o que parte da ignorância até ao conhecimento, que se faz imprescindível para seu aprimoramento.



Na relação entre a sociedade e a escola, os alunos têm saberes e práticas pré-existentes. Esses saberes e práticas espaciais dão conta de resolver algumas de suas demandas, porém a medida que as demandas se complexificam, se faz necessário produzir novos conhecimentos para dar conta dos novos arranjos. Assim, articulando prática-teoria-prática, partindo do conhecimento enquanto fato, mas que precisa ser teorizado para o aprimoramento de novas práticas sociais, mais rebuscadas, que deem conta da complexidade da vida em sociedade. Nesta forma que o PIBID melhor se concretiza. Teoria e prática científica partem do vivido, mas não se esgotam nele. Tendo este ponto de partida, o espaço escolar torna-se centro do processo, valorizando a escola como espaço de produção do conhecimento mediado pelo professor. O programa surge como uma proposta de valorização dos conhecimentos teóricos e práticos, produzidos e acumulados ao longo da história da escolarização brasileira, incitando a pesquisa a partir das relações estabelecidas na escola.

No que diz respeito aos sujeitos envolvidos, pode-se afirmar que o PIBID apresenta caráter formador em quatro perspectivas diferentes. A primeira está relacionada a aproximação do professor universitário com as práticas curriculares efetivas nas escolas na Educação Básica; a segunda é a prática vivenciada pelo docente em formação inicial tanto na Universidade quanto na escola; a terceira está ligada ao processo de formação continuada dos professores regentes nas escolas básicas que supervisionam dentro das suas escolas de origem; e a quarta diz respeito aos estudantes de educação básica resultantes das atividades do PIBID oportunizadas na escola.

A presença do PIBID no Brasil

Em 2017 (projetos de vigência de 2014-2017³) foram 313 projetos participantes no PIBID⁴, podendo integrar o programa professores e licenciandos com uma das cinco modalidades de bolsa⁵. Foram distribuídas por todo país um total de 90.254 mil bolsas, das quais 4.454 de Geografia. Como pode-se observar no mapa a seguir:

³ Dados oficiais do site da Capes. É possível que tenha havido uma diminuição no número de bolsistas ao longo da vigência do programa.

⁴ Projetos participantes do PIBID. Dados presentes em: <http://www.CAPES.gov.br/educacao-basica/CAPEPIBID/relatorios-e-dados>.

⁵ São modalidades de bolsas: Bolsistas de Iniciação à Docência, alunos de licenciatura matriculados nas IES participantes; Professor Supervisor, das escolas parceiras que se dedica a orientar os licenciandos bolsistas nas atividades dentro da escola; Coordenador de Área, professor da IES responsável por orientar os licenciandos e formar parcerias entre universidade e escola, assim como escrever e coordenar o subprojeto de área de licenciatura ou interdisciplinarmente; Coordenador de Área de Gestão de Processos Educacionais, professor da IES responsável por auxiliar o Coordenador Institucional; Coordenador Institucional, professor da IES



Mapa 1: Bolsas PIBID em Instituições Públicas e Instituições Privadas



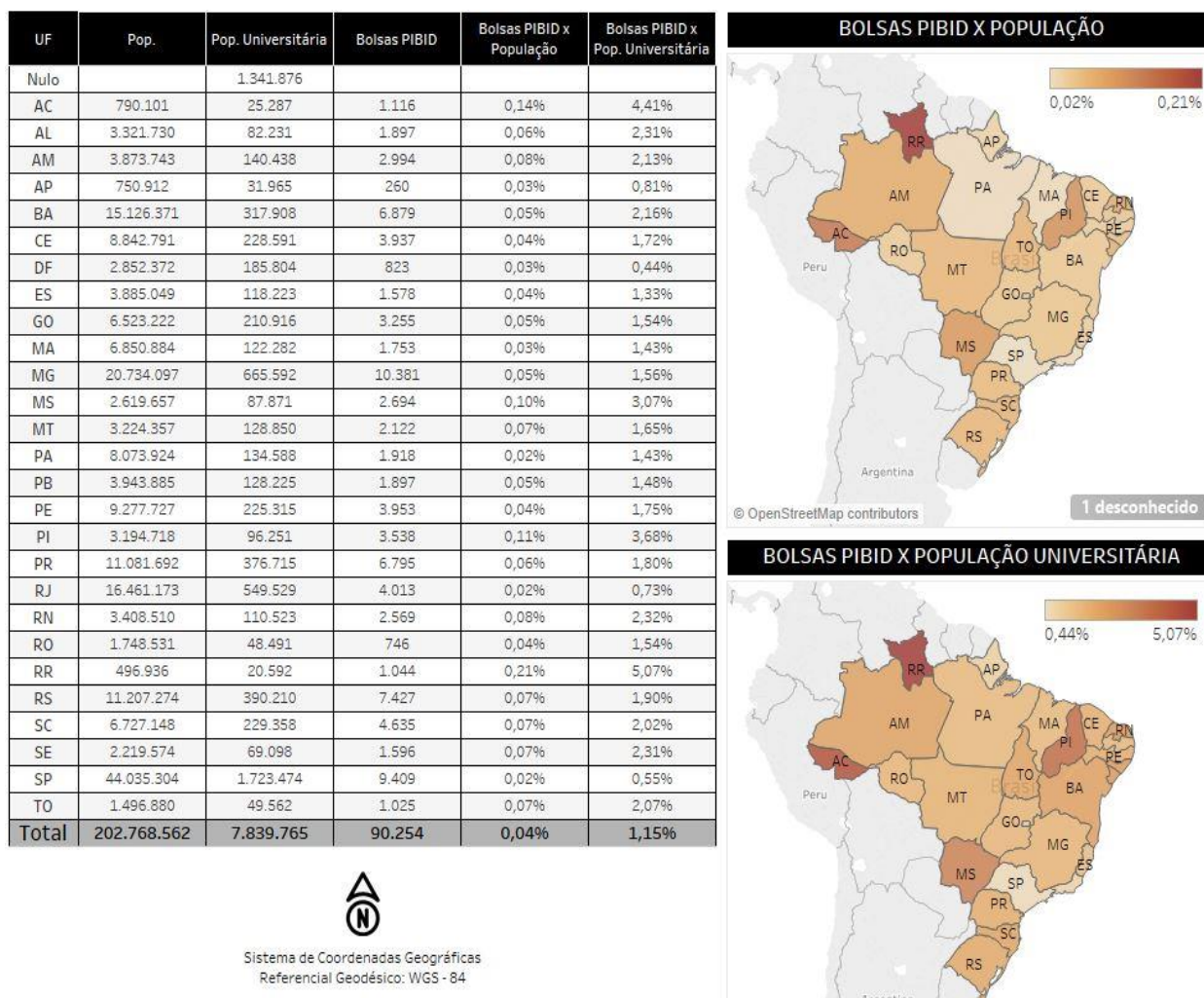
Fonte: SIMAS, Debora Cristina Vieira de. 2018. Elaborado para este trabalho. A partir de: <http://www.CAPES.gov.br/educacao-basica/CAPESPIBID/relatorios-e-dados>.

responsável por coordenar os subprojetos que compõe o projeto institucional da universidade e interlocutor da Capes.

A distribuição de bolsas em IES por categoria administrativa é um dado relevante. Dos 313 projetos aprovados no edital 61/2013 do PIBID, 178 eram públicos e 135 privados nas quais são 73.976 mil bolsas destinadas as instituições públicas e 16.278 mil bolsas destinadas as instituições privadas.

O programa apresentava um caráter eminentemente público nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No estado de São Paulo o número de bolsas está bastante dividido nas esferas público e privada, possuindo 38 IES privadas e 15 IES públicas no âmbito do PIBID, embora a quantidade de bolsistas fosse pouco maior nas instituições públicas. Já na região Sul, com exceção do estado do Paraná, havia mais bolsistas PIBID em Instituições privadas. Observe as informações da imagem a seguir:

Imagem 1: Bolsas PIBID ponderadas por população total e população universitária



Fonte: SIMAS, Debora Cristina Vieira de. 2018. Elaborado para este trabalho. A partir de: Censo da Educação Superior. Microdados. 2014. MEC/INEP. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 01/09/2018.



No caso dos estados no Maranhão e do Pará a quantidade de bolsas por população total do estado representa 0,03 e 0,02% respectivamente, apresentando valores ínfimos. No entanto, ao ser ponderado pela população universitária presente no estado, este índice aponta uma melhora significativa alcançando 1,43%. As UF's de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, apesar da concentração econômica, possuem os três piores índices na ponderação por população total, 0,02 para Rio de Janeiro e São Paulo e 0,03 para o Distrito Federal e também para a ponderação por população universitária apresentando respectivamente os valores de 0,55%, 0,73% e 0,44%.

Pode-se destacar também a notável participação dos estados de Roraima e Acre, que atingem os maiores percentuais de bolsistas PIBID na ponderação por população universitária de 5,07% e 4,41%. Neste sentido é possível perceber a importância deste programa para a população universitária das regiões Norte e Nordeste

A análise destas variáveis leva a crer que a distribuição de bolsas leva em consideração a população universitária, porém em algumas UFs, o acesso à universidade ainda ocorre timidamente, levando em conta o contingente populacional presente no estado.

Em 2015 a coordenação geral da Diretoria de Educação Básica (DEB) informou por meio de uma carta aberta assinada pelo Coordenador-Geral de Programas de Valorização do Magistério, que o programa seria extinto no meio do ano gerando uma grande apreensão da população universitária, principalmente. Esta carta teve uma grande repercussão e gerou uma mobilização nacional de bolsistas, coordenadores, supervisores e escolas contempladas pelo programa, liderados pelo ForPibid⁶. Esta mobilização obteve sucesso ao conseguir que o programa continuasse ativo, contudo a mobilização não foi suficiente para deter os cortes que estariam por vir. A cúpula da coordenação da DEB destituída e substituída por nova diretoria declarou, através de comunicados aos coordenadores institucionais, que as bolsas seriam pagas com o recurso financeiro referente ao custeio de atividades extras dos subprojetos e que não teriam sido usadas no ano de 2014.

Outra manobra foi o fechamento do sistema para inserção ou troca de novos bolsistas. Se antes era possível substituir um bolsista caso fosse necessário, com a impossibilidade de

⁶ Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid. Com o acelerado crescimento do programa, foi decidido que os coordenadores institucionais iriam compor um diretório nacional, em que pudessem gerir o programa juntamente à Capes por meio do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid e do Pibid Diversidade.



troca (o que pode ocorrer por exemplo devido à conclusão de curso dos alunos, essas bolsas deixadas se tornaram inativas, virando justificativa para novos cortes.

Em 2016, logo no início do ano, o MEC por meio de uma nota oficial anunciou novos cortes no programa. A nota comunicava que bolsistas que estivessem no programa há mais de 24 meses seriam excluídos. O que abarcava cerca de 45.000 alunos de licenciatura. Com os inúmeros cortes e estratégias para enxugar o programa, muitos subprojetos se tornaram inviáveis e, por consequência, acarretou no desligamento de escolas públicas e professores supervisores.

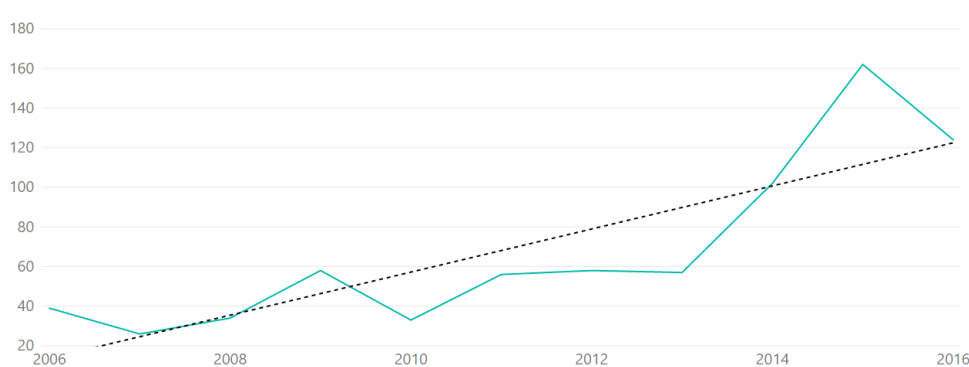
Além dos cortes no PIBID, os cortes de verbas nas universidades geraram impactos sérios sobre a permanência dos alunos nos cursos de graduação e na qualidade de formação desses futuros docentes. Greves e suspensão de aulas ocorreram em todo o país pelo não pagamento dos salários dos professores, corte de verbas para a manutenção das universidades, entre outras modalidades, cortadas ou em débito, prejudicaram e continuam prejudicando muitos alunos que, se antes contemplados, agora necessitam buscar colocação no mercado de trabalho e conciliar outras atividades remuneradas com a graduação, o que afeta diretamente a qualidade da sua formação e o desempenho acadêmico.

Outra consequência grave é o movimento de evasão dos cursos de licenciatura frente à desvalorização da profissão docente e o sucateamento⁷ dos cursos. O caso vivenciado pela UERJ ilustra bem o atual estágio de precarização das Universidades Brasileiras, conforme apresentado no Gráfico 1.

⁷ Em entrevista no dia 14/06/2017, o Reitor da UERJ, Ruy Garcia Marques afirma que a recuperação pode levar anos; professores, técnicos e alunos são prejudicados por crise e serviços ao público podem ser suspensos por falta de pagamento do estado do Rio: De acordo com Marques, todo ano, entre 300 e 400 alunos deixam a universidade, número que dobrou em 2016. Ele ainda enfatizou o impacto dos atrasos de pagamentos na permanência dos alunos bolsistas da instituição, pioneira em ações afirmativas no País. Pelo menos 10 mil alunos em dificuldade financeira – cotistas e não cotistas – recebem, mensalmente, um auxílio de R\$ 450, que ajudam na locomoção e na frequência. “São bolsas pequenas, mas absolutamente indispensáveis”, defende o reitor. **Fonte: Último Segundo - iG. Presente em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-06-14/uerj-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.**



Gráfico 1: Evasão nos cursos de licenciatura da UERJ de 2006 a 2016*



*Em 2016 só constam dados do 1 semestre até o lançamento do anuário estatístico.

Fonte: Data UERJ 2017: anuário estatístico base de dados 2016. Adaptado por SIMAS, Debora Cristina Vieira de.

Segundo dados do Data UERJ 2017: anuário estatístico base de dados 2016, há um esvaziamento da universidade com o crescimento da evasão, em especial nos cursos oferecidos pela Faculdade de Formação de Professores em São Gonçalo.

Considerações Finais

O PIBID suscita a melhoria da educação como um todo: é um projeto arrojado e comprometido com proposições imprescindíveis para a melhoria da qualidade docente e dos espaços de ensino formal, porém para tal concretização se faz necessário investimentos no programa, bem como da parceria entre as diversas escalas, municipal, estadual e federal, comprometidas com a educação, o que nem sempre se verifica.

Em 2016 os integrantes do ForPibid, preocupados com os cortes no programa, mobilizaram-se nas redes sociais e presencialmente para pressionar para que fossem recebidos pelo MEC para a negociação das novas mudanças no programa. Em contrapartida, o MEC persistiu na alegação de que os cortes eram inevitáveis e que por isso havia a necessidade de reformulação do programa. Os integrantes do ForPibid e seus apoiadores saíram vitoriosos visto que o MEC decidiu por não fazer o corte total do programa e um novo edital está proposto, porém com algumas modificações do projeto original.

Os golpes, cortes, enxugamentos, cancelamentos, suspensões e modificações feitas pelo MEC vem modificando a proposta original do programa e prejudicando seu desenvolvimento. Além de diminuir o número de bolsas e cortar, por conseguinte, escolas,



professores e licenciandos participantes, o MEC prejudicou a implementação de um dos princípios básicos do programa: a interação direta entre universidade-escola- sociedade na construção da formação docente e na melhoria da educação básica de forma dialética e dialógica. Agora a escolha das escolas é estabelecida pelas secretarias de educação, por critérios obscuros.

Outro dado relevante do PIBID para os cursos de licenciaturas presentes no país é o fato de pela primeira vez, uma bolsa paga pela CAPES diretamente relacionada ao ofício do professor da educação básica, para os quais saem formados os licenciandos dos 7.857 existentes no país.

O PIBID é um programa diferenciado. Promove a iniciação à Docência com status de pesquisa, funcionando tal qual a iniciação científica no bacharelado: é uma oportunidade de bolsa que promove a inserção *in loco* com a pesquisa na área docente e proporciona aos seus participantes uma remuneração para a sua atuação sendo, portanto, uma atividade acadêmica de valorização ao trabalho do professor no âmbito da pesquisa desde a sua entrada na universidade.

O presente artigo defende a proposição de políticas educacionais contextualizadas com o fazer pedagógico, tratando a formação de professores como algo contínuo, permanente que associem a universidade, escola básica e a sociedade civil. Se a universidade pretende atrelar ensino, pesquisa e extensão, principalmente na educação, é essencial dialogar com aqueles que vivem o cotidiano da escola e podem atuar de maneira direta em sua base.



Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, João Valdir Alves de. (org.) Formação de Professores para a Educação Básica. São Paulo: Autêntica, 2007. CAPES - Objetivo do Programa. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacaobasica/capespibi> Acesso em: 09 de setembro de 2014

DIARIO OFICIAL DA UNIAO. PORTARIA NORMATIVA Nº 38, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. Nº 239, quinta-feira, 13 de dezembro de 2007. ISSN 1677-7042 39. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_Normativa_38_PIBID.pdf. Acesso em : 09/11/ 2017.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 22 de outubro de 2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil. Decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010(a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm147

_____. O Plano de desenvolvimento da Educação análise do projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

DATA UERJ 2017 : anuário estatístico base de dados 2016 / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. – Rio de Janeiro : UERJ, 2017. 416p.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

GATTI, Bernadete A.; ANDRÉ, Marli E. D. A.; GIMENES, Nelson A. S.; FERRAGUT, Laurizete. Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibid). São Paulo: FCC/SEP, 2014. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

LEFBREVE, Henry. Lógica formal, lógica dialética. Civilização brasileira. 5 edição. Rio de janeiro, 1991.

MEC. Censo da educação superior 2014: Microdados 2014. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/guest/microdados. Último acesso em 01 de Setembro 2018.

SAVIANI, Demerval. O Plano de desenvolvimento da Educação análise do projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea)